



## RESUMO:

### Neoliberalismo e a teoria do Capital Humano

Aluna: Ana Carolina Giorgi Guiss

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti

Este projeto de Iniciação Científica pretendia analisar o fenômeno do “neoliberalismo” entendido como uma nova visão de mundo, centrada na lógica da concorrência e na disseminação da *empresa* como o ator social elementar. Nesta visão, o homem passa a ser concebido não mais como um ser singular (ou uma mercadoria, do ponto de vista do marxismo), *mas como um tipo particular de capital*, o que o leva a atuar como uma “empresa de si mesmo”. Esta ordem exige a presença constante do Estado, mas sob um novo tipo de intervenção: pela multiplicação das instâncias judiciárias e os diversos mecanismos jurídicos de deliberação e de resolução de litígios que, em última instância, se baseiam no poder de *enforcement* do Estado.

Dessa forma, o Estado adaptou-se ao movimento de “boa governança”, cujos novos objetivos voltam-se aos interesses privados. Já os indivíduos, a partir da gestão do desempenho e da concorrência, transformaram-se em um tipo ideal de trabalhador empreendedor - traz a empresa para dentro de si - e criou-se uma mentalidade generalizada e técnicas pseudo-científicas que legitime o precedente privado no qual a produtividade do trabalhador para com a empresa vale mais do que a moral ou as normas jurídicas.

O objetivo fundamental deste Projeto de Iniciação Científica era analisar e interpretar, a partir da bibliografia selecionada, a noção de capital humano de acordo com a nova racionalidade do neoliberalismo. Isto é, examinar a alteração da mentalidade dos trabalhadores e, conseqüentemente, da sociedade como um todo, de acordo com as mudanças geradas, ou direta ou indiretamente, pelo neoliberalismo. Durante essa pesquisa, de agosto de 2018 até agosto de 2019, a metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica referente ao tema definido acima. Dessa forma, resumiu-se à busca, leitura e fichamento da bibliografia referente a tal problemática, a fim de desenvolvê-la e aprofundá-la.

Com a propagação do neoliberalismo, foi essencial a adequação das políticas públicas para comportar a nova atuação primordial do mercado como indutor da concorrência generalizada. Com isso, o Estado passou de produtor para regulador, detendo, assim, novas estruturas de poder e de relações para com a sociedade. Ou seja, o neoliberalismo reforçou o questionamento fundamental - já feito pelo liberalismo clássico - de qual é o valor de utilidade do governo e, conseqüentemente, de suas ações uma vez que somente

a troca é capaz de determinar o valor<sup>1</sup>. Segundo Foucault: “O governo vai se exercer agora sobre o que poderíamos chamar de república fenomenal dos interesses” (FOUCAULT, 2008: 178)

Essa mudança relativa à nova economia de mercado - que ocasionou privatizações e desregulamentações pelo globo, tanto coagidas quanto voluntárias - possibilitaram a concepção do desimpedimento do Estado (DARDOT E LAVAL, 2016: 271). Para tal, houve a crítica que, sob esses novos mecanismos do mundo, o Estado já não era mais eficaz (DARDOT E LAVAL, 2016: 273). De forma que, para remediar tal falha, era necessário ditar a ação pública dentro da lógica da empresa privada. Logo, assim como o mercado era regido pela lógica concorrencial, o Estado adentrou a razão da competição mundial como um mecanismo eficiente de coagir um melhor desempenho desse (DARDOT E LAVAL, 2016: 275).

Sob esse raciocínio, houve uma alteração de políticas públicas adequadas: de intervencionistas para a “boa governança”. Isso significa que as políticas públicas deveriam, cada vez mais, se aproximar à forma de gestão das empresas privadas, o que representa uma lógica híbrida de governar. Nas palavras de Dardot e Laval:

“A “boa governança” é a que respeita as condições de gestão sob os préstimos de ajuste estrutural e, acima de tudo, a abertura aos fluxos comerciais e financeiros, de modo que se vincula intimamente a uma política de integração ao mercado mundial. (...) Um Estado não deve mais ser julgado por sua capacidade de assegurar sua *sobereania* sobre um território (...), mas pelo respeito que demonstra às normas jurídicas e às “boas práticas” econômicas da *governança*” (DARDOT E LAVAL, 2016: 276)

Com isso, a nova estratégia do Estado, semelhante à lógica empresarial, é que as empresas privadas produzam cada vez mais, tanto qualitativa quanto quantitativamente, de forma que as próprias empresas sejam capazes de ditar o seu funcionamento, com a mínima fiscalização do Estado. Isto é, as políticas públicas sociais aspiram à maximização da utilidade da população - vista somente como um recurso humano dentro dos fatores de produção - a fim que a sociedade seja capaz de competir no mercado internacional. Tal racionalidade permite a exteriorização dos conflitos de classe e a integração social pela via da lógica empresarial. Assim, o Estado curva-se aos interesses privados oligopolistas e cria-se novos detentores híbridos de poder, como as agências e órgãos (DARDOT E LAVAL, 2016: 283-287).

Da mesma forma que a concorrência é a nova e principal condicionante nas políticas públicas, também internou-se na “gestão dos recursos humanos”. Conforme os mercados internos se estabelecem, o grau de concorrência entre os agentes incorpora as próprias relações sociais. Dentre a qual, por exemplo, foi instaurado a “gestão do desempenho” como norma para estabelecer um nível de competição (DARDOT E LAVAL, 2016: 304-306). Essa objetificação do homem ocorreu de maneira tão naturalizada no contexto neoliberal, de modo que o indivíduo é diminuído somente ao campo utilitarista dentre uma atividade produtiva, marcada pela “gestão de desempenho”, e que, conseqüentemente, só responde aos estímulos materiais (DARDOT E LAVAL, 2016: 312).

Logo, o Estado, dentre a política de “boa governança”, privilegia o desenvolvimento e a produtividade, tanto das indústrias quanto dos agentes, mesmo que, para atingir esses fins, seja necessário meios ilegais ou corruptos. Tal “gestão do desempenho” tornou-se o fator de desenvolvimento primordial para determinar as relações de poder por meio do controle absoluto dos próprios agentes, de forma que cada um é seu próprio supervisor. Como dito por Dardot e Laval: “esses modos uniformes de medida de desempenho e incentivos típicos da nova gestão fazem dela uma máquina de guerra contra as formas de autonomia profissional e os sistema de valor que os assalariados obedecem” (DARDOT E LAVAL, 2016: 314-315).

Por meio dessa normatização da auditoria e da gestão do desempenho, é construído um indivíduo que, por meio da competição, visa primordialmente a adequação às avaliações e o aperfeiçoamento das suas respectivas entregas, dentro da lógica de “fabricação de resultados” (DARDOT E LAVAL, 2016: 318). Dessa forma, foi criado um novo tipo ideal de homem perfeito ao neoliberalismo que, assim como o governo, também segue o modelo empresarial, cuja pedra angular mantêm-se a concorrência.

Evidenciado por Karl Polanyi (POLANYI, 1944: cp. 4), em 1944, na sociedade capitalista, as relações são dominadas pelos mercados, nos quais, conseqüentemente, há uma centralização de poder e do mercado. Nesse cenário, os vínculos humanos, dentro dessa tal sociedade de mercado, são submetidos às leis de maximização de lucros e são, por conseguinte, regidos via contrato, ou oficializados ou não. Nas palavras de Dardot e Laval: “A mercantilização das relações sociais, juntamente com a urbanização, foi um dos fatores mais poderosos da “emancipação” do indivíduo com relação a tradições, raízes, apegos familiares e fidelidades pessoais” (DARDOT E LAVAL, 2016: 323- 324).

De forma similar, Gramsci, em sua análise da teoria do Americanismo e Fordismo (GRAMSCI, 2001) entre 1926 e 1937, descreveu o processo de coagir o proletariado para se transformar no trabalhador perfeito à fábrica - semelhante a um “gorila adestrado” - uma vez que deve ter um comportamento íntegro e predeterminado, com hábitos adequados, a fim de torna-lo o mais produtivo e possível. Além disso, Gramsci reitera a importância de vender a empresa como forma de vida, isto é, os trabalhadores estão ajustados à forma de produção e as empresas determinam seu comportamento fora da fábrica, com o uso de uma disputa ideológica para domesticar uma possível revolta.

Analogamente, para que o neoliberalismo se tornasse efetivamente vitorioso, foi necessário que fosse determinado e disseminado o seu indivíduo ideal, criado, por sua vez, em torno da empresa. Esse movimento é tão intenso e generalizado que foram criadas crenças e paradigmas relacionadas ao valor do trabalho e da empresa perante o homem, como, por exemplo, que o trabalho é o veículo único de realização pessoal. Esse *neossujeito* (DARDOT E LAVAL, 2016: 327), marcado pela ideia meritocrática de “homem que faz a si mesmo” ao aumentar seu capital humano, traz a empresa para dentro de si e tornam-se uma mesma entidade, de forma que o sucesso de uma é o empenho e empoderamento de outro. Com isso, as empresas definem uma nova cultura e moral, nas quais o valor dos homens dependem tanto do seu empenho e competência em bater metas quanto em sua capacidade de se adaptar a um ambiente de extrema competição. Como dito por Laval e Dardot (DARDOT E LAVAL, 2016: 334):

“O grande princípio dessa nova ética do trabalho é a ideia de que a conjunção entre as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa, entre o projeto pessoal e o projeto da empresa, somente é possível se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa. Em outras palavras, isso pressupõe conceber a empresa como uma entidade composta de pequenas empresas de si mesmo”

Essa nova maneira de rever o trabalho do homem acaba resultando no indivíduo como único responsável por um possível fracasso, anulando o papel tanto do Estado quanto da própria empresa. Isto é, o homem, empreendedor, por ser uma empresa dentro de si, é o próprio responsável pelas suas tarefas e pelo seu respectivo desempenho dentro de um ambiente de extrema competitividade e complexidade. A fim de dar legitimidade e consolidar essa nova racionalidade, foram disseminadas práticas psicológicas que tem como propaganda principal o fortalecimento e conhecimento do indivíduo (*self*), contudo seu objetivo final é ver a identificação do sujeito com a empresa. Diferentes técnicas, como *coaching*, programação neurolinguística (PNL), psicanálise, entre outras que utilizam a “ascese do desempenho” para adaptar os indivíduos e torna-los mais produtivos para com as empresas (DARDOT E LAVAL, 2016: 339). Para tal, essas práticas reforçam a crença que os homens só tem como recursos ele próprio e que, portanto, são somente os únicos responsáveis pelo seu destino.

A investigação desenvolvida obteve resultados significativos ao relacionar a formação da nova razão do mundo com a teoria do capital humano. De tal relação surgiram importantes paralelos entre uma emergente visão utilitarista do ser humano, observada nos casos de funcionários públicos e privados, e uma capitalização das habilidades humanas, prevista na teoria de Becker.

A partir destes paralelos surge uma visão mais ampla da transição de formas anteriores de sociabilidade para o modelo neoliberal; uma análise simultânea do processo de mudança de visão e de práxis dos agentes e de um de seus resultantes teóricos.

Deste este objetivo inicial foi possível ainda discernir certas problemáticas e inferências secundárias:

- 1) foi possível inferir uma tipologia inicial da ascensão da razão neoliberal, de acordo com algumas das principais abordagens do debate atual: A nova razão do mundo é o resultado de um processo histórico de instrumentalização do ser social, neutralização do potencial emancipador da esfera pública e naturalização das desigualdades.
- 2) foi constatado que mesmo uma teoria firmemente alicerçada na visão instrumentalizadora neoliberal pode prescrever ativa atuação Estatal. Becker exemplifica tal possibilidade ao indicar a eficiência do investimento público no acesso à educação (BECKER,1994), divergindo assim da ineficiência estatal pressuposta por muitos de seus colegas da Universidade de Chicago. A partir disso surge uma problemática interessante a ser explorada posteriormente, a saber, o questionamento da necessidade de uma unidade casuística e teórica entre os componentes “instrumentalização do ser social” e “neutralização do potencial emancipador da esfera pública”.
- 3) foi observada a grande relevância da “naturalização das desigualdades” no caso brasileiro, em que prolifera o discurso meritocrático de responsabilização do indivíduo e onde, como

visto, ocorre um intenso fenômeno de endogenia de classe (SOUZA,2009: cp 4). O debate acerca dos efeitos do neoliberalismo na sociedade brasileira mostra-se assim de suma relevância, principalmente se feito à luz dos antagonismos dessa sociedade (FREYRE,1954) e de processos mais antigos de perpetuação da sociedade de privilégios em regiões periféricas, como os descritos pela sociologia das ausências de Boaventura, particularmente sobre a “lógica da naturalização das diferenças” (SANTOS, 2002: 237-280).

Os resultados positivos da investigação indicam a validade de se aprofundar a pesquisa sobre o tema principal e suas ramificações.

## Referências

BECKER, G.S. *Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis*. Journal of Political Economy, Vol. 70, No. 5, Part 2: Investment in Human Beings, 1962.

\_\_\_\_\_. : *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education (3rd Edition)*. The University of Chicago Press, 1994.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

FOUCAULT, Michel *O Nascimento da Biopolítica* São Paulo: Martins Fontes, 2008

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 8ª edição. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1954.

GRAMSCI, Antonio “Americanismo e Fordismo” in: *Cadernos do Cárcere* Vol. 4 Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001

HAYEK, F. *O caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Ricardo. *Mercado de trabalho : o capital humano e a teoria da segmentação*. Repositório do Conhecimento do IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1980. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7030>>. Acessado em janeiro de 2019.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Compus, 2000.

SANTOS, B. S. *Para uma sociologia das ausências e para uma sociologia das emergências*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, p. 237-280, Outubro 2002.

SILVA, Thiago D. *Resenha de: A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre o neoliberalismo*. Cognitio Estudos, Revista eletrônica de filosofia, vol. 14, nº 2, julho-dezembro de 2017

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira : quem é e como vive*; colaboradores André Grillo ... [et al.] – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.